

O Grupo como Espaço de Resistência - como dispositivo, lugar de potência, espaço paradoxal

Tomo aqui, como principais referências: Gilles Deleuze, Michel Foucault, Spinoza, José Gil, Regina Benevides de Barros. No item 5.1, a noção do grupo como dispositivo de Foucault, revista por Deleuze - que se contrapõe à noção de grupo tal como foi utilizada pelos primeiros autores que teorizaram sobre grupos - o grupo como dispositivo não é uma entidade *a priori* – abstrata – que antecederia o seu próprio funcionamento - lógica molar: conectada a unidades - mas sim linhas de força – que na sua permanente tensão – produzem novos fluxos subjetivos – no decorrer de sua lógica molar, conectada à processualidade. No item 5.2 O grupo como potencializador da humanização do trabalho, a RIPP; 5.3 O grupo como espaço paradoxal, utilizando o conceito de espaço paradoxal de José Gil. O dispositivo/espço - que entendido no plano da imanência, dos devires, produz mudanças no cotidiano das instituições, desestabilizando as estruturas rígidas, criando sem cessar novos modos de fazer e de ser. Proponho também a reflexão sobre a influência ocorrida ao longo das últimas décadas, da desvalorização do grupo como espaço analítico legítimo, em prol da análise individual – e a interrogação sobre a possível conexão entre este processo e a concepção utilizada pela maioria dos analistas de grupo – o grupo concebido como um todo – transcendente, que falava como uma entidade única! – Congelamento das histórias no tempo (atemporal) e no espaço (transcendente)? No item 5.4 A experiência do “Grupo de avaliação de demanda e psicoterapia”; 5.5 O que queremos dizer quando chamamos a este grupo - Grupo de demanda e psicoterapia, e à RIPP, de espaços paradoxais?

Escolhi esse trecho de Saramago pela beleza e conexão com os fluxos de que trato aqui. O rio, a vida, a memória, o corpo, a vida que flui.

“Do novelo emaranhado da memória, da escuridão dos nós cegos, puxo um fio que me aparece solto./ Devagar o liberto, de medo que se desfaça entre os dedos./ É um fio longo, verde e azul, com cheiro de limos, e tem a macieza quente do lodo vivo./É um rio./ Corre-me nas mãos, agora molhadas./Toda a água me passa entre as palmas, e de repente não sei se as águas nascem de mim, ou para mim

fluem./Continuo a puxar, não já memória apenas, mas o próprio corpo do rio./ Sobre a minha pele navegam barcos, e eu sou também os barcos e o céu que os cobre, e os altos choupos que vagarosamente deslizam sobre a película luminosa dos olhos./ Nadam-me peixes no sangue e oscilam entre duas águas como os apelos imprecisos da memória./ Sinto a força dos braços e a vara que os prolonga./ Ao fundo do rio e de mim desce como um lento e firme pulsar de coração./ Agora o céu está mais perto e mudou de cor./ É todo ele verde e sonoro porque de ramo em ramo acorda o canto das aves./ E quando num largo espaço o barco se detém, o meu corpo despido brilha debaixo do sol, entre o esplendor maior que acende a superfície das águas./ Aí se fundem numa só verdade as lembranças confusas da memória e o vulto subitamente anunciado do futuro./Uma ave sem nome desce donde não sei e vai pousar calada sobre a proa rigorosa do barco./ Imóvel, espero que toda a água se banhe de azul e que aves digam nos ramos por que são altos os choupos e rumorosas suas folhas./ Então, corpo de barco e de rio na dimensão do homem, sigo adiante para o fulvo remanso que as espadas verticais circundam./Aí, três palmos enterrarei minha vara até a pedra viva./ Haverá o grande silêncio primordial quando as mãos se juntarem às mãos./ Depois saberei tudo.” “Não se sabe tudo, nunca se saberá tudo, mas há horas em que somos capazes de acreditar que sim, talvez porque nesse momento nada mais podia caber na alma, na consciência, na mente, naquilo que se queira chamar ao que vai nos fazendo mais ou menos humanos”. (José Saramago)

5.1

Dispositivo: a definição de Deleuze na leitura de Foucault

No texto *Dispositivos em ação: o grupo*, Regina Benevides faz referência à definição dada pelo Aurélio, de que dispositivo é aquilo que contém disposição, o que indica o caráter ativo do termo. Em seguida, retoma a leitura feita por Deleuze (1988) da definição de dispositivo dada por Foucault: “é de início um novelo, um conjunto multilinear... é composto de linhas de natureza diferente”. Segundo a autora, esta definição ajuda a pensar se o grupo pode ser um dispositivo.

Para esta reflexão, cita algumas definições de autores que trabalharam com grupos: “o grupo é mais que soma das partes, tendendo ao equilíbrio, configurando um campo dinâmico de forças pensadas em relação ao todo” (Lewin); “é um agregado de indivíduos... sendo a grupalidade uma qualidade inalienável do ser humano... é uma totalidade psicológica, unidade indivisa” (Bion); “o grupo é um objeto de investimento pulsional, lugar de intercâmbio entre inconscientes que produzem fantasma... é uma relação imaginária” (Anzieu, Pontalis, Kaes); “o grupo é um conjunto de pessoas ligadas entre si por constantes

de tempo e espaço e articuladas por sua mútua representação interna, que se propõe explícita e implicitamente uma tarefa que constitui sua finalidade” (Pichon-Rivière).

Estas definições demonstram uma concepção de grupo fundada no modo de subjetivação do século XIX, na qual a noção de “indivíduo” predominava enquanto forma de expressão da subjetividade. Elas representam o grupo como um todo, uma estrutura, uma unidade. O grupo seria um indivíduo, assim como a sociedade também. O que está na base dessas concepções é a ideia de invariância, de um lugar universal, uma abstração.

O grupo aqui seria concebido como alguma coisa que funciona de forma independente dos movimentos que o produziram. Estamos aqui na tradição da filosofia grega platônica que se baseava na transcendência. É sempre o que está fora da relação que lhe dá significado. (Deus em Descartes, a Razão em Kant). A autora chama esta lógica de “molar”, aquela que apreende os objetos em seu estado já constituído. Em seguida, contrapõe a esta, a lógica molecular, a que corresponde o conceito de dispositivo de Foucault na leitura feita por Deleuze. Nesta, os dispositivos constituem um composto, um emaranhado de linhas, sendo que Foucault destaca quatro tipos de linha para desenhar a ideia de dispositivo: a de visibilidade, a de enunciação, a de força e a de subjetivação.

Para Foucault, segundo Deleuze (1988), com relação às linhas de visibilidade e de enunciação, os dispositivos são “máquinas que fazem ver e falar”. A realidade não foi, assim, feita para ser conhecida, mas, “é feita de modos de iluminação e de regimes discursivos. O saber é a combinação dos disíveis de um estrato, não há nada antes dele, nada por debaixo dele”. (Benevides, R., p.186) O grupo pensado deste modo seria descentrado do seu lugar de objeto de conhecimento, ou de objeto pulsional, tomado pelo emaranhado de linhas que nele se cruzam, das histórias que nele se tecem; o grupo é assim conectado não a unidades, mas a processualidades.

Segundo a leitura de Deleuze, é preciso rachar o grupo, para pegar as linhas que o atravessam, por onde elas crescem, pelo meio. Aqui aparece a dimensão do poder-saber, na qual as linhas levam as palavras e as coisas à luta incessante por sua afirmação. Estas linhas passam por todos os pontos do dispositivo. Segundo a autora, no “dispositivo-grupo, o rastreamento das forças em jogo se faz pelo mapeamento da manutenção/desmanchamento das

instituições, da naturalização/desnaturalização dos modos de viver/sentir, dos acompanhamentos dos fluxos, que se deslocam no tempo, produzindo modificações nos territórios constituídos” (Benevides, R., p.187).

O embate de forças se dará não apenas no eixo verticalidade/horizontalidade, mas no da transversalidade que não para de desmontar as linearidades explicativas dos atos-sujeitos”. (idem) Aqui trata-se de atos de expansão, atos de implosão, atos-corte-de-fluxos. As linhas de força nos levam a estar no meio o tempo todo. Estamos no meio, no entre, onde não há mais identidades que se sustentem, a não ser a da evidente provisoriedade. Neste universo de linhas não há mais a lógica da disposição ordenada entre partes, mas uma outra lógica, que é a das bifurcações divergentes, aquelas que se afirmam no “e” que se multiplica.

Na continuidade, vêm as linhas de subjetivação. São as linhas de invenção dos modos de existir. A dimensão de si não está determinada *a priori*... “a linha de subjetivação é um processo, uma produção de subjetividade, num dispositivo: deve fazer-se, para que o dispositivo a deixe ou torne possível.” (Deleuze, 1988). O dispositivo-grupo pode incidir exatamente onde a linha de subjetivação do indivíduo prevalece. No trabalho de grupo existem conexões não apenas entre pessoas diferentes, mas também entre modos de existencialização diferentes. “Isto cria um vasto campo de confrontos, de interrogações, que se propagam, criando fossos onde antes estava cimentado.

Muitos diriam que isto não é exclusivo de um grupo, e que não há garantias que isso possa ocorrer no grupo. É verdade. Mas é verdade também que as falas portadoras de cristalizações, os afetos congelados em territórios fechados, quando acionados pelo dispositivo grupal, veem-se na adjacência de uma inquietação, podendo, se intensificadas, deslocarem-se do lugar naturalizado a que estavam remetidas...

O estar diante dos outros pode disparar movimentos inesperados, porque é o desconhecido – não só enquanto experiência, mas também enquanto modo de experimentar - que passa a percorrer a superfície dos encontros. O sentido de outro, aqui, é tanto o de outra pessoa-nível molar, quanto o de outrem-nível molecular. Outrem é a composição de linhas que desenham movimentos imprevisíveis, possibilitando a captação de um mundo das margens, de perturbação, que arrasta o pensamento do atual ao impensado. Outrem não é

nenhum objeto/sujeito particular. Outrem é multiplicidade, é coletivo”. (Idem, p.188)

Aqui, as linhas de subjetivação menores, parciais, poderão se fazer no dispositivo-grupo desmanchando o modo-indivíduo. Segundo Foucault (1991) é preciso desindividualizar pela multiplicação e pelo deslocamento, pelo agenciamento de combinações diferentes. “O grupo não deve ser o elo orgânico que une indivíduos hierarquizados, mas um constante gerador de desindividualização”. O contato com o outro e outrem pode destituir o eu de seu lugar emanador e sobrecodificador (Benevides, p.188)

Em seguida, a autora refere-se ao fato de que a experiência com grupos tem mostrado o quanto o “experimental ouvir o outro” irradia uma experimentação de ouvir outros modos de subjetivação, de existencialização, outras línguas para outros afetos, outros modos de experimentar. Além de provocar um deslocamento de espaço de vivência das angústias, fundamentalmente experimentadas como individuais. Poder penetrar no campo dos fluxos, acompanhar seus agenciamentos, sempre coletivos, permite-nos intervir por remetimento a esta ordem coletiva/múltipla e não aos “sujeitos”, seus fantasmas e histórias privadas. “Isto vai criando o contato com os outros-de-si, pré-individualidades ainda informes, vão se abrindo canais de contato com o coletivo que somos” (Benevides, R., p.189).

Na sequência, a autora discute o que caracteriza um dispositivo e o que se quer acionar quando se aciona o dispositivo-grupo; diz que como o trabalho dos grupos se dá no desembaraçamento das linhas que o compõem, este trabalho é cartográfico. É transformando que se conhece. Insiste em que não há sentidos a serem revelados, mas sim a serem criados.

É da fecunda tensão das linhas que configuram um dispositivo que poderá advir o novo. “O que caracteriza um dispositivo é sua capacidade de irrupção, naquilo que se encontra bloqueado de criar, é o seu teor de liberdade em se desfazer dos códigos que procuram explicar dando a tudo o mesmo sentido. O dispositivo tensiona, movimenta, desloca para outro lugar, provoca outros agenciamentos. Ele é feito de conexões e ao mesmo tempo produz outras...” (Benevides,R., p.189) Para nos alertar contra o perigo de elegermos um dispositivo como sendo a salvaguarda contra armadilhas em que já não se quer mais cair (em uma comunicação feita no Instituto Philippe Pinel sobre “O novo

modelo de cuidados” fiz referência à importância do “cuidado com o novo modelo” (Corbisier, C., 1998), a autora cita o exemplo da qualidade total, em franca expansão nos dias de hoje, como um antiexemplo do que vem defendendo. Neste caso trata-se de uma busca por homogeneidade de objetivos e ações, na qual até pequenas heterogeneidades já estão previstas.

O que está em jogo é a valorização do indivíduo como responsável pelo melhor rendimento com um esforço “concentrado”... Sem dúvida caberia uma análise detalhada situando historicamente esta tática travestida de novidade de exploração da mais-valia. Insiste no aspecto da sobre-implicação do trabalhador. Segundo Lourau (1990), a sobre-implicação é “a ideologia normativa do sobre-trabalho, da necessidade de implicar-se”. “Uma das pontas da sobre-implicação é a ilusão participacionista, um ativismo que quando analisado, parte-se em passividades obturadas em seu potencial criador. A sobre-implicação é a exigência não mais apenas de um corpo docilizado, mas de uma subjetividade serializada, ansiando por mais identificação com as instituições que lhe exigem um suplemento de valor. A sobre-implicação é o regime no qual a “Qualidade total” conforma o dispositivo-grupo como aliado em seu projeto de instalar um nós que vem carregado de uma pasteurização que homologa o modo-indivíduo. Os rituais de avaliação constantes, periódicos, vão muito além da “recompensa” por um bom desempenho, incidem nos processos de constituição/manutenção das subjetividades ressecadas de vigor, vampirizadas em sua capacidade criadora (Benevides, R., p. 191).

A autora finaliza o artigo enfatizando a importância de o dispositivo grupo fazer-se analítico, inventando fugas, penetrando no modo molecular, pondo a funcionar outros modos, e reiterando que é desta maneira que o singular ganha expressão, é aí que ele emerge do coletivo-multiplicidade, é aí que ele convida as identidades a mergulhar na agitação das diferenças.

5.2

Um exemplo do grupo como dispositivo

Para citar um exemplo de um dispositivo que corresponde à definição de Foucault, retomada por Deleuze, e também para ilustrar a potência do dispositivo grupal gostaria de retomar o trabalho da Recepção Integrada, já descrito em

detalhes no capítulo 3, implantado no Instituto Philippe Pinel, em 1991. (Corbisier, C., 1991, 1993)

Esse trabalho caracterizou-se pela implantação de equipes multidisciplinares que atendiam em grupo na emergência do hospital. Partíamos da premissa de que era importante escutar as pessoas na porta de entrada para então saber porque elas estavam procurando um hospital psiquiátrico. Esta premissa já indicava que não inferíamos um saber *a priori* sobre os motivos das pessoas virem à emergência. Diferente do atendimento tradicional, o dispositivo-plantonista médico-paciente, que tende a considerar quem ali vem, *a priori*, como um paciente, na RIPP, (sigla que virou apelido com várias conotações!) escutávamos para depois avaliarmos o que cada um precisava, queria, podia. Este dispositivo desdobrava-se em três momentos - o da escuta em grupo, o da reunião da equipe para discutir as falas de todos, e o terceiro momento, no qual chamávamos as pessoas individualmente para conversar sobre o que havíamos pensado a respeito de sua situação. Importante ressaltar como a simples forma do dispositivo grupal instaurava e promovia possibilidades de descrições e experimentações das questões de cada um.

Na interação coletiva, a demanda deixava de ser meramente individual, na medida em que a presença de outras pessoas contribuía para a construção de suas experiências, de seus relatos. Havia a construção de uma demanda afetada pelo coletivo, que se sobrepunha ao, digamos assim, primeiro motivo individual que trouxera a pessoa até ali. Quantas vezes escutamos a frase: “ah, o meu problema é muito pequeno perto do da dona Priscila, já nem tô mais deprimido, estou triste porque perdi o emprego, cheguei aqui achando que o mundo tinha acabado...” Além disto, incluíamos nos atendimentos os acompanhantes, familiares, vizinhos, sempre que queriam participar. Este detalhe fazia deste dispositivo algo que dava à escuta uma dimensão que a ampliava, que acrescentava ao nosso universo de possibilidades de compreensão o plano das relações das pessoas nos seus universos particulares.

Parafraseando Foucault lido por Deleuze, acolhíamos e criávamos linhas de força, de visibilidade, de enunciação ao instituímos um dispositivo no qual não havia saber nem poderes prévios àqueles que eram construídos em cada grupo, a cada vez. Diga-se de passagem, saberes transitórios, na medida em que se desconstruíam e se reconstruíam no segundo e no terceiro momentos do processo.

No segundo momento: a equipe reunida discutia a situação de cada pessoa, à luz de diferentes óticas profissionais, de forma horizontalizada, sem que nenhum conhecimento prevalecesse sobre outro. Daí sempre nasce algo que é de todos, de cada um e de ninguém. Um saber-poder-fluxo que circula entre nós, sem se ancorar em ninguém, nem em nenhum invariante prévio.

Este saber-poder-fluxo fica submetido ao inesperado e ao imponderável do terceiro momento: a equipe conversava com cada um (e acompanhante, se benéfico fosse) e construía naquele momento outro fluxo, que era afetado pela maneira como cada um recebia a comunicação sobre o que fora conversado no grupo e reconversado pela equipe. Somente nessa etapa é que realmente algo se tornava mais definido quanto ao encaminhamento posterior - que incluía dentre as possibilidades até mesmo um retorno à RIPP para uma nova conversa, nos mesmos moldes ou com outra configuração. Em termos mais concretos – não fechávamos diagnósticos, não selávamos etiquetas psiquiátricas em ninguém. Este dispositivo permite aumentar a potência de agir das pessoas, no que, parafraseando Spinoza, podemos chamar de bons encontros, abrindo assim novas possibilidades de vida para quem nos procura.

5.3

O grupo como um espaço paradoxal

*“Deprived of a mother to love him,
]Descartes divorced Mind from Matter”
(W.H Auden)*

Constatamos que, historicamente, o grupo enquanto lugar de tratamento psicanalítico perdeu muito de sua legitimidade. Costuma-se considerar que o grupo pode ser terapêutico, mas fica restrito a isso. Embora a discussão das supostas diferenças entre as noções daquilo que é chamado de “verdadeira análise” e aquilo que seria “apenas terapêutico” seja um tema que mereça reflexão e aprofundamento, o objetivo deste trabalho não é dirigido a este tema, mas sim, a pensar de que maneira podemos lidar com o dispositivo-grupo como espaço paradoxal.

Pretendemos mostrar como o espaço do grupo, tomado como paradoxal, pode ser tão psicanalítico quanto uma análise individual. Para isto, faremos algumas reflexões teóricas, recorrendo a José Gil, Gilles Deleuze, Regina Benevides; e em seguida faremos conexão com a experiência realizada no Hospital Philippe Pinel, para mostrar que um grupo pode funcionar como um espaço paradoxal; e, desta forma, produzir agenciamentos psicanalíticos legítimos.

Considero importante lembrar a concepção de Foucault, retomada por Deleuze, sobre a noção de dispositivo, tomando como referência o artigo de Regina Benevides sobre o tema. No artigo, a autora mostra que há uma diferença entre lidar com o grupo como funcionando segundo uma lógica molar, ou segundo uma lógica molecular. Retoma a concepção de grupo de alguns autores como Lewin, Kaes, Bion e outros, para mostrar como estes psicanalistas tomavam o grupo como um todo, na lógica molar, onde a singularidade dos participantes desaparecia em função do grupo tomado como um ser que tinha vida própria, inconsciente, desejos, enfim, que falava por todos, como se não houvesse diferença alguma entre as falas dos participantes. Ora, sabemos que, pelo menos teoricamente, na análise individual, só existe a singularidade do paciente e do analista. O que, do nosso ponto de vista, não assegura que um verdadeiro processo analítico ocorra. Sabemos de muitas análises que duram anos, sem que de fato haja alguma mudança na posição subjetiva do sujeito em questão.

Pretendemos mostrar que o grupo, tomado como espaço paradoxal, pode ser um lugar de tratamento psicanalítico tão eficaz quanto uma análise individual.

Segundo Benevides, não devemos nem tomar o grupo como um todo, nem tão pouco, como indivíduos isolados, porém, partes do todo, pois ao fazer isto, estaríamos trocando seis por meia dúzia.

Nossa perspectiva é bem outra. Alternar o olhar sobre o grupo, tomado como outro ser, para o indivíduo como elemento básico dessa “unidade maior”, em nada mudaria, pois apenas estaríamos virando a moeda de lado. Em ambas as faces, o que encontramos são unidades, todas irreduzíveis a suas partes, indivíduos, enfim (Benevides, R. , 1997).

O que queremos discutir na linha daquela autora é a concepção una, totalizante, seja do indivíduo, ou do grupo. É a noção de invariância, do universal, algo que independe dos movimentos que o produziram e produzem. “É sempre

algo de fora da relação entre os seres que lhes dará significado (Deus, em Descartes; a Razão, em Kant), uma transcendência, sem dúvida” (Ibid.). Estaríamos aí em pleno plano da transcendência.

Para Foucault, segundo Deleuze (1988), “os dispositivos são máquinas que fazem ver e falar”. O que se destaca aqui é que em cada formação histórica há maneiras de sentir, perceber e dizer que conformam regiões de visibilidade e campos de dizibilidade. Isto quer dizer que em cada época, em cada estrato histórico, existem camadas de coisas e palavras, formas e substâncias de expressão, formas e substâncias de conteúdo. Não há, portanto, uma luminosidade em geral a iluminar objetos preexistentes, assim como não há enunciados que possam falar ou ser falados se não estiverem enviados a linhas de enunciação, elas mesmas compondo regimes que fazem nascer os enunciados. (Ibid.)

Foucault considera necessário fazermos extrações em cada estrato. Por que? Porque ao entrarmos em contato com o que está “fora” do saber, podemos anunciar outras formas de dizibilidade e visibilidade. Para utilizar uma expressão de Deleuze (1972): é “preciso pegar as coisas para extrair delas as visibilidades... é necessário rachar as palavras ou frases para delas extrair seus enunciados”. Trata-se de extrair as variações que não cessam de ocorrer

Pensemos agora num grupo. Descentrado do seu lugar de objeto de conhecimento ou de investigação pulsional, tomado pelo emaranhado de linhas das muitas histórias que nele se cruzam, pelos regimes de enunciação e visibilidade que o sustentam, o grupo é um dispositivo conectado não mais a unidades/totalidades, mas a processualidades. Caberá, pois, instalar-se sobre as linhas que o compõem e o atravessam seguindo suas múltiplas direções. “Rachar as palavras, rachar as coisas, rachar o grupo, para pegar as coisas por onde elas crescem, pelo meio.” (Ibid.) Estamos aqui no plano da imanência.

O que discutimos acima é o questionamento sobre aquilo que, enquanto dispositivo, pode abrir novos fluxos subjetivos, promover novos agenciamentos de vida e desterritorializações.

Mostramos que a concepção de grupo como totalizante, invariante, está situada no plano da transcendência. Pensando com Benevides, Foucault e Deleuze, esta é uma concepção que cristaliza as subjetividades. Deixamos aqui a questão – até que ponto, não foi esta maneira de pensar o grupo que fez com que

este, pelo menos no meio psicanalítico, tenha se tornado algo pouco respeitado, pouco legitimado, como tratamento psicanalítico?

5.4

A experiência do grupo de avaliação de demanda e psicoterapia

A ideia de criar este grupo surgiu a partir do trabalho realizado na Recepção Integrada, a RIPP, (Corbisier, C., 1994) implantada em 1991 no Pinel. A RIPP atendia os pacientes em grupo e em equipe. Um dos objetivos principais deste trabalho, feito na emergência do hospital, era o de avaliar o que as pessoas vinham buscar ali – as chamadas demandas. Este tipo de atendimento não abrangeu toda a demanda que chegava ao Pinel. Na discussão sobre a implantação do projeto, a maioria dos plantonistas médicos não aderiu à RIPP. Por esse motivo, estabelecemos um critério para que estes atendessem as pessoas que chegavam em viaturas, da polícia, ou dos bombeiros. Na prática, as equipes da RIPP atendiam também estes casos; primeiro porque a proposta não tencionava “dividir” pessoas, nem pelo meio de transporte que vinham, nem pelos tipos de crises; segundo, porque havia dias em que o número de atendimentos era enorme, e os plantonistas não davam conta de todos os que chegavam nas viaturas.

Uma das características desse atendimento era a longa duração dos grupos: às vezes mais de duas horas. Este longo tempo costumava ser alvo de críticas; mas nossa ideia era exatamente escutar com calma e cuidado quem nos procurava ali. Acreditávamos que somente com tempo e atenção poderíamos realmente compreender e avaliar as demandas.

Não só fazíamos grupos muito demorados, (para desespero daqueles que entendem emergência psiquiátrica como sinônimo de atendimento rápido, muita medicação e silêncio das histórias), como muitas vezes fazíamos o que batizamos de “retorno de RIPP”. Isto significava pedir às pessoas que retornassem à RIPP, com a mesma equipe, para que a escuta e a avaliação da situação tivesse continuidade. Mais tempo com, e para as pessoas!

Apesar de todo esse trabalho, cuidadoso e delicado, acontecia, por vezes, que não se conseguisse saber o que de fato aquela pessoa queria, precisava ou podia. Foi a partir destas situações que surgiu a ideia do Grupo de Avaliação de Demanda. Era o ano de 1993. (Corbisier, C., 2000) Aliás, no início, o nome do

grupo era só esse. O “e Psicoterapia”, veio depois, no processo do trabalho, porque muitas pessoas iniciavam um processo de tratamento a partir da avaliação das demandas.

É importante observar que, na época, foi necessário, por exigências institucionais, dar um nome ao grupo; mas ressaltar que o que acontecia na prática transbordava em muito este nome.

Criamos então, junto com Priscila Magalhães e Liliane Mendes Penello, o grupo de avaliação de demanda. A ideia, a proposta, era continuar escutando as pessoas, sem que isto significasse que essas estivessem necessariamente em tratamento. Esta proposta mostrou-se uma possibilidade de inverter o modelo tradicional de encaminhamento para o ambulatório – avaliando na continuidade da escuta, só encaminhá-los para o ambulatório as situações cuja indicação para um tratamento individual ficasse bem clara e se mostrasse realmente necessária. Este dispositivo-grupo, concebido desta forma, foi único e funcionou durante 10 anos.

As pessoas chegavam a este grupo, encaminhadas pela RIPP, e ali, iniciavam um processo de conversa sobre suas vidas. Não havia nenhum contrato estabelecido sobre o tempo de duração da permanência de cada um, não se falava sobre diagnósticos. Havia o compromisso do sigilo e a informação de que se tratava de um grupo aberto, no qual as pessoas chegavam e ficavam o tempo que quisessem ou precisassem. Não havia também critérios pré-estabelecidos com referência à gravidade maior ou menor das questões em jogo para que viessem frequentar o grupo.

Eram pessoas, com problemas existenciais de várias ordens. E nosso propósito, enquanto psicanalistas, era o de escutá-las, e facilitar a escuta entre elas. Às vezes chamávamos algum parente ou amigo, ou vizinho, e fazíamos atendimentos extra-grupo, para ampliar a possibilidade de compreensão da situação. Estes atendimentos aconteciam em função de pedidos dos integrantes do grupo, ou também como sugestão nossa. O grupo acontecia uma vez por semana, às quintas-feiras, e durava cerca de duas horas e meia.

Um exemplo para ilustrar o caráter paradoxal deste grupo, e também, o espaço paradoxal existente entre a RIPP e este grupo:

a) O momento da chegada de Vera à RIPP:

Um dia à tarde, estava atendendo na RIPP com um residente médico (as equipes funcionavam de acordo com as necessidades de cada dia e, por algum motivo, naquele dia estava reduzida a nós dois).

Uma das integrantes do grupo era uma senhora, que chamarei de Vera. Bem vestida, cabelo arrumado, mas muito preocupada, contou-nos que havia algum tempo sofria de um engasgo que acontecia regularmente, que quase a sufocava, naquele momento, tinha a sensação de que ia morrer. Apressou-se em nos dizer que já havia procurado vários médicos especialistas, feito inúmeros exames, e que o diagnóstico de todos foi o mesmo – não havia nada orgânico, o problema era psicológico. Rapidamente nos disse: “Se vocês me disserem que o que tenho é emocional, saio daqui correndo!”

Diante desta surreal, mas real situação, no momento da discussão dos casos, quando pedíamos às pessoas que aguardassem fora da sala, o residente olhou-me, perplexo, e me perguntou: “O que ela veio fazer aqui?” Ao que respondi: “pedir ajuda”. “Mas ela não aceita que seja psicológico, o que a gente faz num caso destes?” continuou ele, cada vez mais embatucado. Conversei com ele sobre a importância de levarmos em conta a sua procura paradoxal: sua presença ali, na emergência do Pinel, afirmava o que ela negava com as palavras. “Sim”, disse ele, “mas como lidar com isto? Não aprendi nada parecido na faculdade!” Disse a ele que muitas vezes a faculdade nos prepara para que possamos aprender depois, na prática.

E dizia ele, nervoso: “ela não vai aceitar remédio, terapia, nada, vai sair correndo daqui!” Retruquei: “É, terapia, remédio, não vai mesmo. Mas isto significa que ela não quer aceitar nomes, rótulos, para o que lhe acontece. Mas sua vinda aqui expressa sua vontade de saber o que tem! E de parar de engasgar.” Ele continuou “você sabe fazer mágica?” Respondi: “não, sei escutar e tentar descobrir formas de ajudar as pessoas que não estão nos manuais. Estão na nossa capacidade de inventar, de criar modos de aliviar o sofrimento levando em conta o que não sabemos, tanto quanto elas.”

“Mas isso é muito difícil, inventar o quê?” Acho que tudo que aprendi até agora não serve para nada! Estou me sentindo um inútil! Um médico que não sabe como tratar uma paciente!” disse ele, cada vez mais desesperado. Eu disse:

primeiro, você não está sozinho, somos uma equipe, segundo, entre os manuais e as pessoas, existe a vida delas!

Fazer residência aqui no Pinel é aprender a lidar com gente que sofre, isto é, pôr em prática os princípios da reforma psiquiátrica. E Vera ainda não é uma paciente, pode vir a ser ou não, assim como todos que aqui desembarcam! Agir assim significa não psiquiatrizar o mal estar das pessoas de imediato, e, também, significa não mandar diretamente para o ambulatório alguém que, além de não aceitar isto, também sabemos nós dois do que ela realmente precisa! Precisamos ter a humildade de reconhecer que estamos diante de alguém que nos propõe um desafio, alguma coisa que foge totalmente ao que está instituído, ao que sabemos fazer sem ter que pensar muito, sem ter que conversarmos uns com os outros! Sentimo-nos inúteis quando achamos que precisamos seguir modelos, regras, monografias, manuais, e não achamos a resposta! Para exercermos nossa potência, nossa utilidade, o mais importante é podermos exercitar nossa capacidade criativa diante de cada um que chega com seu universo próprio, sempre único e disparador de perguntas em nós! Temos que admitir que as respostas que podemos dar são muitas vezes outras perguntas! O residente um pouco mais calmo disse: “Está ficando mais claro para mim... mas, Claudia, o que faremos com a Vera?”

Disse a ele então que a saída para aquela situação poderia ser conversarmos com ela, dizendo: “A senhora gostaria de vir aqui na quinta-feira, no terceiro andar do prédio em frente, conversar com outras pessoas, num grupo? A senhora vem, conhece as pessoas, vê como se sente, se gosta do ambiente; e, caso se sinta bem, pode voltar todas as vezes que quiser...” O residente com um jeito entre o espanto e muita interrogação no olhar disse: “Mas só isso? Não vamos falar nada sobre o engasgo, sobre o que pode ser?” Respondi: “você quer que ela saia correndo daqui e nunca mais volte, e acabe morrendo desse engasgo?” “Não, claro que não, Claudia. Mas você acha que ela vai aceitar algo tão inespecífico, tão vago?” Respondi: “não tenho certeza que ela vai aceitar; só posso apostar de que pode ser um jeito nosso, diferente, in/esperado por Vera de viver a contradição entre o que diz e o que faz com seu engasgo neste momento!”

Um jeito que contém respeito a sua enorme dificuldade atual de assumir nomeadamente que pode ter problemas psicológicos! Uma aposta de que possa vir a se tratar sem necessariamente ser obrigada a assumir esse passo, como um compromisso contra si própria! É uma aposta na força de sua presença, no esforço

que deve ter feito para vir até aqui para nos dizer que não queria estar aqui!” O residente, mais aliviado, mas ainda reticente, disse:” Claudia, você é muito engraçada, pode ser que dê certo, vamos tentar, falemos com Vera!”

Bom, depois de toda esta conversa, chamamos a Vera e propusemos a ela a nossa ideia, do jeito que descrevi acima. Ela disse, imediatamente: “que ótimo, estarei lá quinta-feira”, e saiu, toda satisfeita, com o semblante aliviado, depois de nos dar dois beijos em cada um... o residente, mais aliviado do que ela, disse: “Caramba, não é que funcionou?”

b) Vera no grupo:

Vera, como combinado na RIPP, veio na quinta-feira. Foi bem recebida por todos. Passou a vir regularmente às quintas-feiras. Não faltava. De início, escutava muito, pouco falava. Um tempo depois, começou a contar que ficou viúva com sessenta anos e que recentemente havia se casado novamente com o viúvo de uma prima. Moravam juntos, e tudo ia muito bem entre eles. Havia um detalhe: sua mãe de noventa anos morava com eles e a infernizava o tempo todo. Inclusive porque não gostou de Vera ter se casado novamente. Passou a falar muito disto, e da irritação que esta interferência de sua mãe em sua vida de casada lhe causava.

Nesta altura, já expressava sentimentos com palavras, gestos, olhares e precisava legitimar o que sentia de ruim por sua mãe quanto ao seu desconforto, deixando claro que esperava esta legitimação das outras pessoas. Todos lhe deram razão, e a incentivaram a impor limites às invasões maternas. Vera mostrava-se cada vez mais à vontade, passou a viajar com o marido, a sair para restaurantes, a viver sua vida de casada como queria e tinha direito.

No final de um ano frequentando o grupo, Vera, no início de uma sessão, disse: quero dizer para vocês que vim para este grupo porque tinha um engasgo que me perseguia, e que eu achava que um dia iria acabar morrendo numa das crises; pois bem, desde que estou aqui com vocês, nunca mais engasguei!” Todos riram muito e lhe deram parabéns pelo fim do engasgo! Vera continuou no grupo por alguns anos. Infelizmente teve que fazer uma pequena cirurgia que transcorreu bem, mas uma infecção hospitalar a levou de nós. Por muito tempo e ainda hoje sentimos a sua falta.

5.5

O que queremos dizer quando chamamos a este grupo - Grupo de demanda e psicoterapia, e à RIPP, de espaços paradoxais?

A seguir, algumas ideias de José Gil, que trata destas questões no âmbito da dança, em seu livro *Movimento Total, o corpo e a dança*. (Gil,J., 2002), para tentar uma analogia com os processos do corpo na dança e nos grupos.

Gil contrapõe o ballet clássico à dança contemporânea, usando entre outras ideias, a contraposição entre o plano da transcendência e o plano da imanência. O ballet estaria no primeiro, e a dança contemporânea, no segundo.

No capítulo sobre “O corpo paradoxal”, Gil define o espaço paradoxal:

Espaço paradoxal: diferente do espaço objetivo, não está separado dele. Pelo contrário, imbrica-se nele totalmente, a ponto de não ser possível distingui-lo desse espaço: a cena transfigurada do ator não é espaço objetivo? E, todavia, é investida de afetos e de forças novas, os objetos que a ocupam ganham valores emocionais diferentes seguindo os corpos dos atores etc. (Gil,J.,p. 47)

Propomos pensar o espaço do grupo como um espaço paradoxal, onde as palavras-corpo de cada paciente criam uma atmosfera, ou zona, segundo Gil, na qual o dentro e o fora se diluem, acontecendo numa processualidade constante, no qual cada história, ao se conectar com outra, promove deslocamentos-fluxos, que tem como efeito uma nova conexão de cada um sobre sua própria história, agora já não só sua, mas ampliada e atravessada pelas palavras-fluxos dos outros. Neste contexto, o analista não está no lugar de suposto saber, como queria Lacan, mas no lugar paradoxal – ele sabe que quer saber do que não sabe, e precisa esquecer o que sabe para deixar circular as palavras-fluxo; passa a ocupar um lugar desejante de construção de fluxos de subjetividades. Neste caso, não há suposto saber, não há saber prévio, não há nada fora, nem acima, nem anterior ao que acontece no grupo. É no acontecer do tempo das palavras-gesto-respiração, que se constrói a tessitura das novas possibilidades subjetivas, o descentramento dos eus cristalizados, a desterritorialização de caminhos previamente construídos e fechados em si, na maior parte das vezes, fonte de sofrimento.

No capítulo “O que é uma dança atual? Yvonne Rainer”, Gil inicia a discussão sobre a diferença entre o real e a realidade; que segundo ele foi o que

determinou a recusa da dança moderna, em particular a de Cunningham, pelo grupo de Judith Church. Gil discute a diferença entre real e realidade:

“O que é o real? Brevemente direi que surge em ocasiões excepcionais, quando de uma descoberta que transforma o pensamento ou a existência, como acontece no decorrer das terapias psíquicas; ou em movimentos revolucionários, quando a percepção das coisas, do espaço e do tempo muda bruscamente; ou por vezes, quando o curso dos hábitos rompe-se violentamente, e os gestos exploram novos movimentos: um outro corpo emerge então.

Nessas ocasiões, temos a impressão de que um véu recobria a nossa vida anterior: era a realidade, que distinguiremos do real. Em todos os casos em que o real irrompe na realidade, arruinando a sua estabilidade, ocorrem sempre certos fenômenos: a relação do corpo com as coisas e com o espaço transforma-se, os corpos que até aí se mantinham separados das coisas e dos outros corpos entram de súbito em contato, senão em contágio. Como se uma barreira ou um muro invisível anteriormente os afastasse uns dos outros. Com o surgimento do real, a barreira rompe-se, o muro desmorona, o véu rasga-se.

Os lugares até então bem fixados nas coisas, mudam. O mapa dos movimentos (comportamentos) desloca-se e anima-se. O campo do possível imediato alarga-se – quando se supunha que a ordem do mundo iria durar para sempre num presente imutável. O possível agora é o do corpo concreto, do corpo-sensório motor portador de pensamento, como se os nós que os regulavam (e o amarravam) outrora se tivessem rompido, e o corpo tivesse entrado em expansão. Abertura do corpo ao espaço, intensificação das suas capacidades receptivas das vibrações do mundo. Acréscimo das potências ativas do corpo. Dilatação do espaço do corpo. A palavra liberta-se. Quando o real irrompe à superfície do tempo, o presente toma forma, o presente reapropriado, que não existia ainda porque dissolvido dos estratos do passado e do futuro. Jorra, e transforma profundamente o nosso sentimento do tempo. O tempo objetivo, o tempo da realidade e das coisas e dos outros, o tempo das instituições e do trabalho deixam de se impor. A defasagem entre o exterior e o interior desaparece. “Agora, os meus gestos ritmam e tecem um tempo presente em que minha ação e meu pensamento coincidem, e ambos se ajustam ao tempo coletivo. São o corpo e o espírito que se engendram e, por assim dizer, segregam o presente – que já não me

foge, mas se desdobra ao longo de toda a minha duração.” (Gil, J., 2007, p.154/155)

A definição de espaço paradoxal de Gil, assim como esta longa citação, nos parece, além de extremamente poética e bela, muito próxima do que acontece na experiência que relatamos. Pudemos criar, desde o atendimento de Vera na RIPP, uma experiência que podemos situar no plano da imanência, do devir, daquilo que ainda não sabemos, porque foi/é/e será sempre produzido no próprio momento da escuta, da conversa entre a equipe, no fluxo-acontecimento de cada atendimento, de cada sessão, de cada encontro.

O tratamento de Vera foi, do nosso ponto de vista, por intermédio de Gil, possibilitado pela criação inicial de um espaço paradoxal no momento do primeiro atendimento na RIPP e, na sequência, o desenrolar de um processo analítico que aconteceu de forma totalmente diferente de um processo padrão, onde se fazem contratos claros e bem definidos entre paciente e analista, onde há um *setting* geralmente pré-estabelecido de forma rígida, onde a estratégia de tratamento é explicitada, onde os sintomas são objeto de investigação explicitados. Onde tudo acontece no espaço da *doxa* (opinião), e não no espaço paradoxal. No caso de Vera, não falamos em tratamento, análise, psicoterapia. Não falamos do seu engasgo. Pela porosidade existente entre a RIPP e aquele grupo, pela forma aberta e inusitada de “conversarmos simplesmente”, Vera pôde tratar de seus conflitos e resolvê-los sem assumir que seu problema era psicológico!

Na época desse experimento, a maioria dos atendimentos feitos no ambulatório era individual. O que nem sempre correspondia à necessidade das pessoas. Nós, co-terapeutas do grupo, junto com Priscila Magalhães e Liliane Penello, que, na época, também era coordenadora do ambulatório, tentamos durante dois anos, fazendo reuniões semanais com os técnicos do ambulatório, ampliar esta lógica de grupos de avaliação como espaços de encaminhamento privilegiado a partir da emergência, para todo o universo do atendimento ambulatorial. Não conseguimos. A criação e funcionamento deste Grupo de Avaliação e Demanda foi uma experiência piloto que não foi ampliada para todo o ambulatório. Este fato pode ser expressão da dificuldade de colocar em movimento aquilo que já está cristalizado, mesmo num contexto no qual as mudanças estavam acontecendo, com o apoio da coordenação do ambulatório e da direção, como era o caso do Pinel naquela ocasião. Talvez tenha sido uma

experiência à frente do seu tempo. O tempo passou, e hoje, propomos que revisitemos este passado tão próximo, com o objetivo de repensar as lógicas institucionais, refletindo sobre as razões pelas quais não conseguimos fazer de todo o ambulatório, naqueles anos, um “espaço paradoxal”. Nossa proposta é repensar o que fizemos na Saúde Mental. No caso, contamos o exemplo da experiência piloto do Grupo de Avaliação e Demanda. A ideia é que experiências como estas possam vir a ser reavaliadas pela ótica atual, contribuindo para a ampliação e implantação da Política Nacional de Humanização. Há muitas questões para serem pensadas a este respeito; e certamente contribuiremos para a melhoria do Sistema Único de Saúde como sistema de atendimento de toda a população.